



PODER JUDICIÁRIO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete Des. ITABIRA DE BRITO FILHO

ÓRGÃO JULGADOR: **TERCEIRA CÂMARA CÍVEL**
COMARCA: **RECIFE – 32ª VARA CÍVEL**
TIPO: **RECURSO DE AGRAVO EM AGRAVO DE INSTRUMENTO**
PROCESSO Nº: **0143277-7/01**
AGRAVANTE: **CELPE – CIA. ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO**
AGRAVADO: **UNA ÁLCOOL EXPORT LTDA**
RELATOR: **Des. ITABIRA DE BRITO FILHO**

EMENTA

RECURSO DE AGRAVO. DECISÃO TERMINATIVA. PROVIMENTO MONOCRÁTICO. COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA ESTADUAL. AÇÃO QUE ENVOLVE QUESTÃO RELATIVA A EMPRÉSTIMO COMPULSÓRIO SOBRE ENERGIA ELÉTRICA . PRECENTES DO STJ – À UNANIMIDADE DE VOTOS, NEGOU-SE PROVIMENTO AO PRESENTE RECURSO DE AGRAVO.

I – Se a demanda envolvendo questões referentes ao empréstimo compulsório sobre energia elétrica foi proposta unicamente contra a Eletrobrás e outra pessoa que não tenha a prerrogativa do foro federal, a competência é da Justiça Estadual.

II – Em nenhuma hipótese poderá o Judiciário Estadual reconhecer o interesse da União na lide e determinar a competência da Justiça Federal – Aplicação da Súmula 150 do STJ.

III -- Manutenção da decisão monocrática que se impõe.

IV– À unanimidade de votos, negou-se provimento ao presente Recurso de Agravo.

20
1

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Recurso de Agravo nº 143277-7/01, figurando como Agravante, **CELPE - CIA. ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO**, e, como Agravado, **UNA ÁLCOOL EXPORT LTDA**; Acordam os Desembargadores que compõem a **TERCEIRA CÂMARA CÍVEL** do Tribunal de Justiça de Pernambuco, à unanimidade, em **NEGAR PROVIMENTO** ao recurso, mantendo na íntegra a decisão recorrida, tudo conforme o relatório, votos e notas taquigráficas anexos, que passam a integrar o presente julgado.

Recife, 03-10-2013


Itabira De Brito Filho

- Relator -



PODER JUDICIÁRIO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete Des. ITABIRA DE BRITO FILHO

ÓRGÃO JULGADOR: **TERCEIRA CÂMARA CÍVEL**
COMARCA: **RECIFE - 32ª VARA CÍVEL**
TIPO: **RECURSO DE AGRAVO EM AGRAVO DE INSTRUMENTO**
PROCESSO Nº: **0143277-7/01**
AGRAVANTE: **CELPE - CIA. ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO**
AGRAVADO: **UNA ÁLCOOL EXPORT LTDA**
RELATOR: **Des. ITABIRA DE BRITO FILHO**

RELATÓRIO


CELPE - CIA. ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO, pessoa jurídica de direito privado, já devidamente qualificada nos autos, por seus advogados legalmente habilitados, ingressou com o presente **RECURSO DE AGRAVO**, desafiando decisão monocrática terminativa que foi proferida pelo então Des. Relator, nos autos do Agravo de Instrumento nº 143277-7, donde entendeu por **dar provimento monocrático** ao dito recurso, para firmar a competência da Justiça Estadual para conhecer e processar ação manejada contra a **CELPE** e **ELETROBRÁS**, enquanto, respectivamente, empresa privada e sociedade de economia mista.

Inconformado com os termos do julgado, alega a parte Agravante que a decisão combatida merece reforma, posto que haveria interesse da União em participar da lide, vez que a mesma é controladora da **ELETROBRÁS**, e, sobretudo envolveria discussão acerca de empréstimo compulsório sobre energia elétrica, devendo, portanto, prevalecer o art. 109, inciso I, da Carta Magna.

Nesse sentido, pugna pelo provimento do presente recurso, a fim de que seja reformada a decisão, de modo a ser dado provimento ao apelo, e, de conseguinte, possa o cumprimento de sentença prosseguir em seus ulteriores termos.

É o relatório.

Recife, 03 de 10 de 2013.


ITABIRA DE BRITO FILHO
Des. Relator



ÓRGÃO JULGADOR: **TERCEIRA CÂMARA CÍVEL**
COMARCA: **RECIFE – 32ª VARA CÍVEL**
TIPO: **RECURSO DE AGRAVO EM AGRAVO DE INSTRUMENTO**
PROCESSO Nº: **0143277-7/01**
AGRAVANTE: **CELPE – CIA. ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO**
AGRAVADO: **UNA ÁLCOOL EXPORT LTDA**
RELATOR: **Des. ITABIRA DE BRITO FILHO**

VOTO DO RELATOR

Cuidam os presentes autos de Recurso de Agravo, cujo ponto nodal limita-se ao exame de questão que versa sobre competência ou não da ustiça Estadual para conhecer e processar ação ordinária que visa a restituição de empréstimo compulsório cobrado sobre energia elétrica nos precisos termos da Lei nº 4156/62.

Pois bem, passando a analisar o caso em tela, entendo que a decisão vergastada não merece qualquer contorno, motivo pelo qual passo a transcrever trecho de sua fundamentação, verbis :

Passando a examinar a questão trazida à liça, penso que não há maiores discussões a serem travadas sobre essa matéria, notadamente quando já se firmou entendimento de que não há de incluir-se a União em matérias relativas a fornecimento, fixação de tarifas, ou, ainda sobre restituição de empréstimo compulsório sobre energia elétrica, posto que a relação jurídica material deve se desenvolver exclusivamente entre o usuário e a concessionária, notadamente quando tem o consumidor a livre escolha de escolher contra quem deve ser aforada a ação, posto que a mera solidariedade existente entre a União e a empresa delegada que detém a concessão do fornecimento de energia elétrica não induz ao litisconsórcio necessário.

28

Destarte, constitui-se faculdade do credor demandar qualquer dos devedores solidários, não havendo assim de se falar em intervenção necessária da União no feito.

Nesse sentido, é valente salientar que o Superior Tribunal de Justiça, já pacificou essa questão, sendo oportuno transcrever alguns julgados, senão vejamos :

TRIBUTÁRIO. EMPRÉSTIMO COMPULSÓRIO. RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA. LITISCONSÓRCIO NECESSÁRIO FACULTATIVO. COMPETÊNCIA. JUSTIÇA ESTADUAL.

1. Quanto a empréstimo compulsório sobre energia elétrica, o Superior Tribunal de Justiça firmou entendimento no sentido que a solidariedade obrigacional entre a União e a Eletrobras não implica exigibilidade de litisconsórcio necessário, e que a competência para processar causa dessa natureza é da Justiça estadual.

2. Ressalte-se que o referido entendimento foi consolidado pela Primeira Seção, por ocasião do julgamento do Recurso Especial repetitivo 1.145.146/MG, oportunidade em que a matéria foi decidida sob o regime do art. 543-C do CPC e da Resolução STJ 8/2008. Agravo regimental improvido. (STJ - 2ª Turma - AgRg no Ag 1332809 / RS - Rel. Min. HUMBERTO MARTINS - j. 03.02.2011).

PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. RECURSO ESPECIAL. EMPRÉSTIMO

COMPULSÓRIO SOBRE O CONSUMO DE ENERGIA ELÉTRICA. INTERVENÇÃO NO FEITO FORMULADO PELA UNIÃO. ART. 5º DA LEI 9.469/97. DESLOCAMENTO DA COMPETÊNCIA PARA A JUSTIÇA FEDERAL PARA APRECIÇÃO DO PEDIDO DE INTERVENÇÃO. TEMA JÁ EXAMINADO NO JULGAMENTO EM RECURSO SUBMETIDO AO REGIME PREVISTO NO ARTIGO 543-C DO CPC. SÚMULA 150/STJ.

1. Se a demanda envolvendo questões referentes ao empréstimo compulsório sobre energia elétrica foi proposta unicamente contra a Eletrobrás, a competência é da Justiça Estadual.

2. No entanto, se houve pedido da União de ingresso no feito, o processo há que ser deslocado para a Justiça Federal a fim de que esta examine o pedido.

3. Acaso reconhecido o interesse da União na lide, a competência passa a ser da Justiça Federal, por força do que determina o artigo 109, inciso I, da Constituição Federal.



4. Tema já examinado no recurso representativo da controvérsia (REsp 1.111.159/RJ, Primeira Seção, Rel. Min. Benedito Gonçalves, julgado em 11.11.09).
5. Incidência da Súmula 150/STJ: "Compete à Justiça Federal decidir sobre a existência de interesse jurídico que justifique a presença, no processo, da União, suas autarquias ou empresas públicas".
6. Recurso especial provido. (STJ - 2ª Turma - REsp 1232990 / RS - Re. Min. Castro Meira - j. 26.04.2011).

CONFLITO DE COMPETÊNCIA. EMPRÉSTIMO COMPULSÓRIO SOBRE O CONSUMO DE ENERGIA ELÉTRICA. AÇÃO PROPOSTA APENAS CONTRA A ELETROBRÁS E ELETROPAULO. COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA ESTADUAL. AUSÊNCIA DE INTERVENÇÃO NO FEITO FORMULADO PELA UNIÃO.

1. Se a demanda envolvendo questões referentes ao empréstimo compulsório sobre energia elétrica foi proposta unicamente contra a Eletrobrás ou outra pessoa que não tenha a prerrogativa do foro federal, a competência é da Justiça Estadual.
2. Somente se houver pedido da União de ingresso no feito, o processo há que ser deslocado para a Justiça Federal a fim de que esta examine o pedido.
3. Acaso reconhecido o interesse da União na lide, a competência passa a ser da Justiça Federal, por força do que determina o artigo 109, inciso I, da Constituição Federal.
4. Em nenhuma hipótese poderá o Judiciário Estadual reconhecer o interesse da União na lide e determinar a competência da Justiça Federal. Aplicação da Súmula n. 150/STJ: "Compete à Justiça Federal decidir sobre a existência de interesse jurídico que justifique a presença, no processo, da União, suas autarquias ou empresas públicas".
5. Tema já julgado em sede de recurso representativo da controvérsia: REsp. n. 1.111.159 - RJ, Primeira Seção, Rel. Min. Benedito Gonçalves, julgado em 11.11.2009.
6. Conflito de competência conhecido para declarar competente o juízo estadual suscitado. (STJ - 1ª Seção - CC 115789 / SP - Rel. Min. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES - j. 13.04.2011).

Deste modo, é extrema de dúvidas, que a Justiça Estadual detém competência para conhecer e processar a referida ação ordinária, notadamente quando o consumidor final elegeu as empresas concessionárias de energia elétrica para figurarem no pólo passivo da relação processual, não havendo justificado motivo para a ação ser remetida à Justiça Federal.



28

Valendo-me da posição adotada pela
decisão acima transcrita, voto no sentido de **NEGAR PROVIMENTO** ao
presente Recurso de Agravo.

É como voto.

Recife, 03 de 10 de 2013.


ITABIRA DE BRITO FILHO
Des. Relator